

REUNIÃO DE FEDERAÇÕES  
26 DE MARÇO DE 2025

ATA

No dia vigésimo sexto de março de dois mil e vinte cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, na sede do Comité Olímpico de Portugal (COP), sita na Travessa da Memória, n.º 36, em Lisboa, reuniram-se os representantes da Federações Olímpicas (FO) e das Federações não Olímpicas (FnO), que compareceram em resultado do convite que se anexa e conforme lista de presenças aqui apensada, para, no cumprimento do compromisso eleitoral da Comissão Executiva Eleita, :-----

1. Auscultar os presentes a fim de coligir preocupações e sugestões para o próximo ciclo, com o propósito de complementar o que releve ser considerado, acrescentando o que for exequível, ao Programa da Candidatura e por consequência ao Plano de Ação.-----

O Presidente do COP, Fernando Gomes (FG), acompanhado na mesa pelos Vice-Presidentes Domingos Castro (DC) e Vasco Costa (VC), bem como pela Secretária-Geral Diana Gomes (DG) começou por saudar os presentes agradecendo a disponibilidade para, no dia que referiu ter iniciado com a primeira reunião da Comissão Executiva agora em funções, a definir os primeiros passos; se juntarem nesta reunião, conseguindo, para lá de qualquer divergência, com clareza e abertura, contribuírem para como um todo e considerando todas as federações, burilar e colocar em marcha um plano de ação conjunta.-----

Prosseguiu dando conhecimento da reunião agendada para a próxima segunda-feira com o Secretário de Estado do Desporto (SED) para acordar eventuais alterações do Protocolo assinado, também com o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), com vista à rápida canalização das verbas, que se almeja aconteça em abril, antes das Eleições Legislativas. -----

Reforçou que o Programa que encabeça tem como foco o Atleta, pretende sedimentar as melhores condições para a sua preparação nas competições e considerará as equipas de retaguarda. Sublinhou a preocupação quanto à capacitação para a vida pós-carreira e como medida a concretizar referiu a extensão do Gabinete de Apoio ao Atleta de Alto Rendimento de modalidade ou disciplina Não Olímpica-----

Comunicou a sugestão ao Governo de um Grupo de Trabalho, que foi dito já estar criado, com vista à sustentabilidade, para analisar a distribuição dos valores obtidos com as apostas desportivas, que abranja todo o Movimento Olímpico e não Olímpico, através da justa compensação. Referiu a proximidade existente e necessária com as organizações desportivas dando como exemplo a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), o CPP, as Autarquias e as escolas. Destacou a relevância da captação do investimento privado junto do tecido empresarial que complemente o Investimento Público.-----

Fez menção às questões de Igualdade de Género e aos Valores Olímpicos que sustentarão o Mandato que agora inicia, testemunhando ter sido possível integrar no Programa Eleitoral algumas das sugestões colhidas antes da Eleição. -----

FG lembrou os sessenta e cinco milhões de euros do contrato assinado com o Governo de Portugal e a forma como se distribuem pelos seis eixos de ação, para dar início às intervenções cujos contributos disse irem ser considerados.-----

Deu a palavra à Secretária-Geral, DG, que saudou a todos e agradeceu a presença, dizendo da gravação que estava a ser realizada para efeitos de redação da ata. DG convocou as federações presentes à intervenção e seguiu a ordem da solicitação da palavra que se foi sucedendo.-----

O primeiro interveniente foi Joaquim Santos (JS), Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo (FPA) que cumprimentou a todos e expressou duas preocupações. Uma primeira concernente ao financiamento e uma segunda relativa às infraestruturas desportivas. Disse ser o quarto ano consecutivo em que a FPA aprova as contas com resultados líquidos negativos apesar dos sucessos desportivos. Concretizou que o financiamento procedente do Estado - cerca de oitenta por cento das receitas – provenientes de forma direta do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), e indireta do COP e do CPP, não são suficientes para responder à procura dos melhores resultados já que o maior fator de custos é relacionado com deslocações e estadas – cerca de um milhão e meio de euros do orçamento - para apoiar os Atletas na sua participação em estágios e competições. Como segundo fator crítico destacou o tempo do orçamento. Transmitiu que a FPA aprovou o seu orçamento para o ano de dois mil e vinte cinco em novembro passado e de apesar de estarmos em março ainda não saber a verba que o IPDJ atribuirá para o ano de trabalho. Sugeriu linhas de financiamento próprias e a revisão da Lei do Financiamento da Federações Desportivas, destacando a relevância de saber quanto e quando as verbas são disponibilizadas.

JS destacou ainda que em Portugal não existe uma “pista curta” enquanto infraestrutura fixa; que apenas são colocadas para a realização das competições. Concluiu que com base nesta exposição fica claro que os atletas não treinam nas condições adequadas. Considerou desejável que as verbas anunciadas pelo Senhor Primeiro-Ministro (PM) possam criar esta infraestrutura coberta para as disciplinas específicas do Atletismo. Disse que apesar do Plano de Recuperação e Resiliência não ter atribuído verba para o Desporto em Portugal, devemos aproveitar esta oportunidade para acautelar esta concretização

Referiu como ambicionada a “Casa das Seleções” onde se agreguem serviços e partilha de experiências. Descreveu a infraestrutura como um lugar de proximidade para a realização de estágios, que permitirá poupar tempo e verbas em deslocações para o efeito.

Fez votos de bom trabalho à nova Comissão Executiva do COP.

A reunião prosseguiu com a intervenção de Fernando Malheiro (FM), Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa (TM) que parabenizou os novos Órgãos Sociais e fez votos de um excelente mandato. Para a reflexão conjunta trouxe o tema do financiamento e dos recursos do Centro de Alto Rendimento que partilha com o Taekwondo e onde, do TM treinam seis Atletas Olímpicos e seis Esperanças Olímpicas, onde o modelo de gestão é “avulso”, onde os recursos humanos são escassos e onde muito depende da Autarquia. Afirmou da importância de ganhar escala, que em resposta ao conceito subjacente permita ali viver, assegurando serviços como o refeitório e o dormitório, e consolidando apoios como nutricionista, psicólogo, preparador físico e fisioterapeuta. Disse, desde janeiro, estar a tentar, com muitas dificuldades, colmatar necessidades em regime de avença. Partilhou ter tido reunião com a Fundação do Desporto que elogiou o CAR. FM pediu apoio em consonância e clareza dos critérios que definem os apoios; Sugeriu que as verbas fossem para verdadeiramente apoiar as práticas que permitem o Alto Rendimento a caminho dos melhores resultados Olímpicos

Seguiu-se o Presidente da Federação Portuguesa de Boxe (FPBx), Paulo César Teixeira (PCT), que iniciou a sua intervenção por felicitar o Presidente do COP pela eleição o pelo que antecipa ser a resposta à necessária mudança de ciclo. Disse sentir-se pária porque apesar dos atletas da modalidade sempre terem competido em provas internacionais, considerou não ter encontrado no COP um interlocutor válido que protegesse o atleta e que suplantasse os problemas da Federação. Disse considerar o COP a casa dos Atletas, e que deve protegê-los. Contou que durante muitos anos os Atletas competiram a expensas próprias, que havia uma ausência da Federação no processo, mas que pertencendo ao COP este deveria ter assumido um papel diferente. Referiu que quando eleito sentiu uma barreira de comunicação entre o COP e os Atletas do Boxe, dando o exemplo do

acompanhamento dado aos Atletas de Taekwondo em processo semelhante. Sublinhou que a Federação é um elemento estruturante para o desenvolvimento das modalidades, mas que na sua ausência, deverá haver uma monitorização que impossibilite o abandono do Atleta.

Partilhou que a FPBx não tem financiamento público e que os estágios e apuramentos são feitos fora de Portugal. Procurou e conseguiu financiamento no setor privado e sugeriu que o COP possa ser catalisador da confluência desse investimento. Mostrou estranheza por não haver um plano estruturado, para que quem esteja a trabalhar em processo de apuramento olímpico tenha acesso a instalações desportivas. Disse ter pedido no IPDJ um espaço, onde podendo usufruir de dormitório e refeitório, possa instalar um ringue, mas ainda não conseguiu. Sublinhou que em Portugal não há infraestrutura dedicada ou partilhada para a prática da modalidade, referindo-se aos Centros de Alto Rendimento (CAR)-----

Contou que foi em Viana do Castelo que encontrou abertura do Município para instalar um Centro que designou de Alta Performance por não responder ao cumprimento dos requisitos de um CAR. Disse fazer falta uma entidade que possa junto do Governo, ter recenseadas todas as instalações desportivas bem como as disponibilidades dos Municípios para trabalhar em conjunto com as Federações, otimizando recursos e desenvolvendo formas de colmatar ausência de resposta às necessidades. Aludiu ao CAR do Jamor que, à semelhança da Cidade Universitária, deveria ter um pavilhão dividido em áreas de jogo, que permitisse a várias modalidades trabalharem, com a correta gestão.-----

A reunião prosseguiu com a intervenção do Presidente da Federação Portuguesa de Rugby (FPRg), Carlos Amado da Silva (CAS), concordando com a necessidade do levantamento pedido pelo Presidente da FPBx. Discorreu sobre a gestão do Desporto em Portugal centrada nos Órgão decisórios, Governo, SED e IPDJ manifestando opinião mais favorável à gestão feita pelas Federações. Enquadrou o Rugby quanto às suas duas modalidades, uma Olímpica outra não Olímpica, Sevens e XV, sendo a segunda a mais conhecida. Assumiu-se crítico da gestão do Jamor, pedindo mais autonomia para as Federações. Colocou a questão dos Atletas que integram as seleções nacionais e que não são Atletas profissionais para dizer das requisições às entidades patronais destes profissionais para se prepararem e competirem. Deu como exemplo a ida ao Campeonato do Mundo em França em que metade da equipa tem outras profissões e deixaram os seus empregos durante quatro meses. Foram requisitados pelo IPDJ, mas foi a FPRg que pagou os vencimentos, que neste caso rondou os quatrocentos mil euros e cujo dinheiro não lhe é restituído. Transmitiu que as contas da FPRg continuam negativas considerando inadmissível que haja dificuldades em pagar os ordenados de origem aos Atletas internacionais, que nada recebem para representar a Seleção Nacional.-----

Prosseguiu referindo-se aos seguros. Esclareceu que o seguro escolar não dá cobertura no âmbito da prática desportiva federada, obrigando a um outro seguro, situação que considera descabida e errada.-----

A participação que se seguiu esteve a cargo de Nuno Barreto, representante da Federação Portuguesa de Vela que parabenizou o novo Presidente do COP e a Direção fazendo votos de que o trabalho vindouro seja bem-sucedido. Associou-se à defesa da importância de ter o Atleta como foco do Projeto Olímpico.-----

Como destaque referiu as exigências de logística da modalidade e a preocupação acrescida com a circunstância dos Jogos Olímpicos (JO) de dois mil e vinte e oito serem em Los Angeles. Sublinhou que às dificuldades logísticas e operacionais crescem e subjazem as questões de financiamento porque será necessário duplicar os recursos de material de treino – será menos oneroso do que transportar a cada viagem -, criando duas bases de treino, uma na Europa, outra nos Estados Unidos. -----

Quis também partilhar a preocupação quanto aos recursos técnicos da Federação, dando como exemplo que durante a preparação para os JO de Paris, o COP apoiou na área da psicologia tendo suspenso esse

acompanhamento após os JO assim comprometendo uma continuidade que disse fundamental. Sugeriu que o COP assegurasse um apoio idêntico aos Atletas que vão aos JO e aos “segundas linhas” - que continuam a trabalhar para chegar, e tantos chegam, a ser os Atletas nessas competições -, evitando interregnos. Acentuou a importância das equipas multidisciplinares de suporte que englobem preparador físico, fisioterapeuta, nutricionista e reporte meteorológico - comuns em outros países -, fazendo o paralelo com o caso português em que não se consegue levar um fisioterapeuta a acompanhar os Atletas a provas. Para retratar a grande diferença de realidades competitivas contou que em Inglaterra, para os próximos JO, o financiamento na Vela cresceu sete por cento, representando um total de vinte e três milhões de euros. Acrescentou que este cenário deve levar à procura de recursos junto do universo empresarial para que as condições dos Atletas portugueses possam aproximar-se das dos Atletas de outros países com quem competem.-----

Seguiu-se João Oliveira, da Federação de Ginástica de Portugal, que explanou dois temas. A condição dos Atletas que podem estar sem qualquer apoio do projeto entre abril e maio do ano seguinte - quando acontece o Campeonato do Mundo. Preenchidas as quotas (dois) para os JO, outros que tenham nota para entrar, ficam excluídos. Expressou que tendo tido nota para qualificar para os JO, o Atleta deveria ser apoiado. O segundo ponto que expôs, incidiu na relevância (não) dada aos árbitros e juizes nacionais que também representam Portugal nos JO. Manifestou entendimento por não serem inseridos na Missão aos Jogos – pelas funções em causa – mas considerou importante o apoio e reconhecimento que disse ser devido.-----

A intervenção seguinte esteve a cargo do Presidente da Federação Portuguesa de Remo (FPR), Luís Faria (LF), que se propôs partilhar o enquadramento estratégico da modalidade que exigiu a racionalização em face da alteração de paradigma da competição nos JO, através de um plano. Disse que os Atletas portugueses corriam em pesos ligeiros e vão agora competir em absolutos, o que configura assinalável diferença em face do biótipo português habitualmente em competição. Referiu ter mudado o equipamento com a compra de uma frota nova. Explicou que a FPR devolveu a frota ligeira dos JO de Tóquio a um fabricante italiano e conseguiu barcos pesados para os Atletas. Acrescentou que em LA haverá também prova de Remo de Mar, quinhentos metros, que está, mundialmente, a ganhar protagonismo. LF disse que Portugal foi pioneiro a organizar o Campeonato do Mundo em Oeiras com tal sucesso que ainda hoje é uma referência. Contou que há poucos dias apresentou candidatura para organizar uma prova em dois mil e vinte e sete - no primeiro ano de apuramento para os JO -, na Figueira da Foz. Sublinhou que à data de hoje, não há critérios definidos para o apoio ao *Beach Sprint*. Partilhou que em Portugal já existe uma equipa técnica, um Centro de Estágio na Figueira da Foz, adquiriu equipamento, mas ainda nada está contemplado com apoio, sendo para isso necessário definir os critérios de acesso. Pediu a racionalização do que existe dando como exemplo o CAR de Montemor-o-Velho – que serve ao Remo, Canoagem, Triatlo , Natação de Águas Abertas e Pesca - e onde é necessário incrementar as melhores condições.-----

A palavra foi depois tomada por Pedro Sarmiento que em representação do Presidente da Federação Portuguesa de Hóquei (FPH), ausente por doença, trouxe à colação um problema que assola o desenvolvimento da modalidade, principalmente no Sul. Transmitiu que o único campo relvado que pode ser utilizado para a prática da modalidade, está no Estádio Nacional do Jamor e os Clubes não têm capacidade para pagar o que lhes é exigido, para ali treinar. Prosseguiu dizendo que o equipamento é utilizado pelas Seleções e pelas equipas estrangeiras que vêm estagiar a Portugal, mas que as equipas nacionais não conseguem custear a utilização daquela instalação. Advogou que o IPDJ deverá alterar alguns dos pressupostos da sua atuação com vista à correção do descrito. Disse considerar que o COP poderá ser a entidade com a capacidade para ajudar neste intento. Considerou que existem situações dramáticas em determinadas instalações desportivas. Falou de um projeto na cidade do Porto que o

IPDJ constantemente reprovava e que agora o faz porque os balneários não têm salas para treinadores. Classificou esta ação como forma de inviabilizar o esforço de clubes, associações e instalações não dedicadas exclusivamente ao Alto Rendimento, fazendo com que não consigam ser construídas ou viáveis em Portugal, forçando à sujeição das condições em instalações com muitas décadas e em estado precário que exponenciam o risco de lesões.-----  
PS prosseguiu com menção ao valor de noventa milhões que o Estado investe no Desporto, considerando essa percentagem reduzida no Produto Interno Bruto e dando ênfase ao investimento feito pelas famílias, pelos Atletas, e pelo setor privado, pedindo que os decisores escolham melhorar as condições por forma a haver uma aproximação a outras realidades e assim seja possível dar cumprimento às obrigações das Federações.-----

Tomou a palavra, Pedro Nunes Pedro, Presidente da Federação Portuguesa de Golfe, para sugerir a reflexão sobre quanto valerá a marca Desporto Portugal. Questionou quanto vale a imagem de um desportista português em retorno para a economia nacional. Esclareceu que o Turismo ganha com a visibilidade dos resultados desportivos. Exemplificou com o tempo que demora o hino, tocado aquando de uma medalha olímpica e a amplificação da imagem para uma audiência mundial. Falou do trabalho já feito pelo futebol nesta área ressaltando que as outras modalidades têm um peso enorme que merece atenção. Sustentou esta reflexão nas Seleções de outros países que estagiam em Portugal, no impacto no ramo imobiliário, e em outras dimensões da economia, reforçando a necessidade da elaboração deste estudo.-----

Na senda do descrito por PS em representação da FPH, CAS, Presidente da FPRg, retomou a palavra para partilhar que no CAR do Jamor, onde investe, é-lhe exigido que em circunstância em que organize um encontro regional, pague um valor adicional, situação que recusa terminantemente.-----

A reunião prosseguiu com a intervenção de Miguel Arrobas, Presidente da Federação Portuguesa de Natação, que felicitou a nova Direção do COP e explanou que o dia-a-dia dos Atletas e das Federações vai para além dos CAR e do tópico de financiamento. Pediu informação sobre os critérios para: o Festival Olímpico da Juventude Europeia; para a Preparação Olímpica (PO) dos Saltos para a Água – Portugal tem uma Atleta que vive no Canadá e é Esperança Olímpica (EO) -; as grelhas de integração para a PO, para a Natação, Pólo Aquático, Natação Artística, Masters de Natação Adaptada, Águas Abertas e Saltos para a Água; as EO; e qualificação internacionais. Disse da relevância desta patilha para a prossecução do trabalho em curso.-----

De seguida houve lugar à intervenção de Alberto Cruz, Presidente da Federação Portuguesa de Escalada de Competição, que disse - que apesar de ser modalidade Olímpica - receber do Estado cinquenta mil euros e que, com os estágios feitos até março e com as competições decorridas, a verba já se esgotou. Acrescentou considerar improvável a modalidade vir a estar nos JO de LA, reflexo do financiamento e infraestruturas nacionais, mas acentuou a necessidade das Federações mais recentes, terem reforço de verbas que permitam o seu desenvolvimento. Disse ser no Jamor a única estrutura de Escalada do país e que há dez anos se está a deteriorar no parque das merendas. Contou das reiteradas tentativas de a recuperar sem sucesso.-----  
Deu nota da atenção de que carece a estruturação do tema pós-carreira e que deverá ser tido em conta logo no início da vida desportiva.-----

Sucedeu-se a comunicação de Paulo Sousa (PSs), Presidente da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, que quis reforçar a intervenção do orador anterior relativamente aos apoios do IPDJ às modalidades, dizendo do aumento constatado, por antes, detendo a modalidade Escalada, não receber idêntico valor. Explanou que os quarenta e dois mil euros que então recebia se destinavam a essa e às outras modalidades tuteladas.-----

Sobre as estruturas, confirmou o tempo de falta de conservação da parede de Escalada e disse ser há mais de quinze anos que se arrasta o diferendo, com o IPDJ, relativo à legítima propriedade deste equipamento. Justificou que foi esta federação que a construiu, nela investiu e que foi instalada com base em um Protocolo naquela localização. Advogou que continua a ausência de resposta quanto à prossecução do cuidado necessário.-----  
Partilhou estar nestas funções há oitenta e seis dias, mas há vários anos estar na Federação. Manifestou surpresa pela passagem à condição de Federação Olímpica – através do Esqui-montanhismo – e arrogou a responsabilidade inerente com o desconsolo de quem, com os valores apresentados, vê como inexequível preparar Atletas para competir ao nível Olímpico. Explicitou com a ausência de cenários adequados à prática, excepcionando a Serra da Estrela - a que acrescentou a carência de estruturas -, obriga a que o desenvolvimento seja feito fora do território nacional acarretando os encargos inerentes. Acrescentou aludindo à dificuldade de captação de jovens Atletas para a prática que exige grande investimento pessoal em tempo e dinheiro para aquisição de equipamento. Disse ter como praticantes, seniores, muitos residentes fora de Portugal, mas que não conseguem competir. Pediu para saber qual vai ser o apoio que COP poderá dar em resposta ao exposto.-----

A próxima intervenção esteve a cargo de José Marracho (JM), Presidente da Federação Portuguesa de Tiro (FPTTr) que cumprimentou os presentes e agradeceu ao Presidente do COP a disponibilidade para liderar os destinos da Instituição. Assentiu a transversalidade das questões apresentadas. Declarou que os apoios dados pelo COP no âmbito do PPO têm sido adequados, certo de que assim continuarão e que sendo possível melhorarão. Colocou a questão a montante, enfocando em como se conseguem os resultados para aceder ao referido patamar. Partilhou sobre as quatro disciplinas Não Olímpicas, a cargo da FPTTr, com muitas representações internacionais e que conseguem resultados para integração no Alto Rendimento, mas que o apoio dado pelo IPDJ para o desenvolvimento desportivo é diminuto, cerca de vinte e cinco por cento. Assinalou passar a quarenta por cento aquando da integração no PPO ou no PPParálimpico e que é com o autofinanciamento que responde com esforço ao necessário. Considerou essencial passar a haver um modelo de financiamento que atenda a critérios e indicadores escritos que permitam medir a equidade da distribuição das verbas por entre as Federações.-----  
Saudou com agrado a vontade da criação da Casa das Seleções e fez votos de que se concretize-----  
JM regressou à reflexão sobre os custos do trabalho que as Federações suportam aquando da requisição do Atleta à sua Entidade Patronal testemunhando reuniões havidas com clubes onde este pagamento por parte da Federação determina a possibilidade de levar ou não os Atletas às competições.-----

A reunião prosseguiu com as palavras de Duarte Anjo, Presidente da Federação Portuguesa de Badminton que corroborou a transversalidade dos assuntos abordados. Disse-se recente no dirigismo nacional, mas há muito dirigente desportivo e Madeirense. Resumiu dos seus apontamentos da reunião referindo a falta de: infraestruturas; apoio técnico específico em diferentes áreas; e de financiamento. Sublinhou a dificuldade de algumas modalidades em conseguir apoios privados consequência da escassa visibilidade através dos *media*, e a concordância em avaliar a Marca Desporto Portugal. Trouxe o tema do apoio que deve ser concedido, também ao nível psicológico, aos Atletas do PPO que não chegam a ir aos JO. Relevou a importância da reunião em curso pela consciência e dificuldades partilhadas com vista às melhores soluções e assim fez votos de um bom trabalho à equipa encabeçada pelo novo Presidente do COP-----

Seguiu-se a intervenção de Gonçalo Saldanha, Presidente da Federação Portuguesa de Surf (FPSf) que deu os parabéns em nome da FPSf à Comissão Executiva eleita. Sugeriu, no contexto de JO, maior celeridade na comunicação com os Atletas e, para os técnicos, as credenciais para acesso de proximidade ao local de competição, também e em virtude da distância a que habitualmente competem as restantes modalidades.-----

Transmitiu que a FPSf vai criar um Gabinete de apoio ao Atleta - justificando que o Surf vindo de uma prática inicialmente vista como marginal e que está agora a entrar no espírito Olímpico -, para apoiar a direção da vida ativa dos Atletas após o fim das suas carreiras desportivas considerando a viabilidade de permanecerem ligados, com funções específicas, ao setor. Aludiu aos quatro CAR que a FPSf pretende robustecer com recursos humanos com valências próprias.-----

DG tornou a convidar os presentes a intervir e FG fez o balanço numérico das intervenções dizendo terem, até ao momento, sido todas FO, assim solicitando a vontade de outros dos presentes a participarem.-----

Apresentou-se João Alexandre (JA), Presidente da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais, destacando como ponto comum entre as FO e as FnO as questões apresentadas relativas ao financiamento e à gestão do Jamor. Para a reunião trouxe o tema do Dirigente, dizendo serem cerca de quatrocentos mil os que trabalham diariamente para o associativismo e para as Federações e que há mais de dez anos há um Estatuto do Dirigente Associativo que ainda não está implementado sendo imperioso que o seja. Lamentou não haver no IPDJ um estudo nem um procedimento entendível para a atribuição de verbas e que esta situação se reflete no Desporto Nacional. Exemplificou com o convite dirigido a Portugal para ser convidado de honra no maior festival de Jogos Tradicionais em Itália, a que correspondeu com a presença de uma delegação de cento e oito elementos, contando que para esta participação teve do IPDJ um apoio que não chegou a dez mil euros, para um total investido de aproximadamente duzentos mil euros. Aqui valeu a resposta das Autarquias que apelidou de verdadeiro parceiro do Desporto em Portugal, dizendo serem os Municípios em muito responsáveis pelos bons resultados obtidos no Desporto Nacional. Pediu ao COP que junto da Tutela consiga alteração do paradigma para que ao Desporto seja tratado com a relevância e consideração que merece.-----

Seguiu-se o Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, Fausto Pereira, que se disse, embora mais ligado ao CPP, que considera relevante estar com o COP e as outras Federações a pugnar pelo desenvolvimento do Desporto português. Colocou como questão, com suporte no inscrito, este ano, no Orçamento de Estado (OE) para dois mil e vinte e cinco ser, salvo melhores contas, zero vírgula zero quarenta e três por cento, para lançar a reflexão sobre se, a caminho das próximas eleições, não será altura de avançar para a criação de um Ministério do Desporto.-----

DG, convidou uma vez mais os presentes a intervir e não tendo havido pedido da palavra, a partir da mesa, o Vice-Presidente, DC, disse, como Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo partilhar as preocupações escutadas e destacou com agrado o sublinhado com foco no Atleta que nomeou como o Artista do Desporto, a quem disse serem devidas todas as condições. Disse-se honrado por fazer parte da Equipa de FG, considerando ser este o patamar mais alto da sua carreira desportiva, por integrar um Grupo de Trabalho que sabe fará o seu melhor para defender os Atletas e as Federações. -----

Seguiu-se, também a partir da mesa, a intervenção do Vice-Presidente, Vasco Costa, que cumprimentou a todos e agradeceu a presença, sublinhando a constituição da Comissão Executiva eleita, em que o Presidente assegurou uma composição integral de representantes de Federações e Atletas Olímpicos. Desta forma atestou a sensibilidade de todos para os problemas apresentados assegurando a disponibilidade para ajudar neste caminho que antevê de excelência.-----

Em jeito de conclusão, FG, voltou a saudar a todos enunciando a presença de vinte e oito FO e dez FnO, classificando como positivo este primeiro momento de cumprimento do anunciado no Programa Eleitoral, reflexo da representatividade alta que agradeceu. Em complemento acrescentou que as preocupações apresentadas que têm como forma o funcionamento do COP, no que concerne à participação em JO e respetivos critérios, irão ser analisados para perceber de que forma é possível responder ao transmitido em sala. Sobre a maior parte das restantes questões levantadas considerou estarem contempladas no Programa Eleitoral. -----

Disse ter-lhe sido transmitido, no dia de ontem, que no próximo Ciclo de PPO, do ano dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove, está previsto um reforço de vinte por cento, nos termos em que o Senhor Primeiro-Ministro anunciou aquando da realização dos JO de Paris. Referindo-se à reunião da próxima segunda-feira, com o SED, e ao conteúdo que poderá ir ao encontro das preocupações expressadas pelos presentes, sobre os sessenta e cinco milhões reiterou que: vinte e sete são destinados a apetrechamento e melhoria das instalações desportivas; seis a políticas de apoio aos jovens Atletas; e quinze para o desenvolvimento e participações do Atleta.-----

Sobre a carta dos Equipamentos Desportivos, disse ser intento com cerca de treze anos. Referiu que o início das suas funções enquanto Presidente da Federação Portuguesa de Futebol coincidiu com o levantamento que a Federação de Futebol de Santarém fez da carta de Equipamentos Desportivos no Distrito, e que nas reuniões com a Tutela e com o IPDJ sempre levantou a questão sobre as existências onde poderia ser desenvolvido o trabalho desportivo sem ter conseguido obter adequada resposta. Questão que se comprometeu a reforçar. Concordando com JA, reafirmou que não fossem os apoios das Autarquias e o Desporto Nacional não seria nem conseguiria, nem metade nem do que é nem do que alcança. Disse entender como fulcral este entendimento com os Municípios. Partilhou ter falado com o Presidente da Autarquia de Pombal que pretende criar um CAR para o Karaté, e destacou a participação de outros Municípios nos CAR destacando Gaia com o Ténis de Mesa e Taekwondo e Anadia com o Ciclismo.-----

Reforçou que tentará apurar com o SED e o IPDJ mais repostas ao partilhado durante esta reunião, enunciando as questões apresentadas relativas ao Hóquei e ao Rugby, ao CAR de Montemor-o-Velho, bem como às restantes. Disse-se cumpridor das promessas feitas e que assim se propõe responder às necessidades e problemas colocados, assim agradecendo a presença e contributos comprometendo-se a contribuir para que o Desporto Português seja cada vez melhor.-----

Após um aplauso de todos os presentes, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezasseis horas e quinze minutos, da qual é exarada a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada e publicada nos locais habituais.

  
Fernando Gomes

  
Diana Gomes